



Alda Barreiros & Maria Alves
(2022),
OS DE LÁ DE RIBA. Os saberes e
o linguajar de um povo,
Monção: Município de Monção,
281pp.
ISBN: 978-989-53534-0-8

Nota de Leitura de
José Emílio Pedreira Moreira



10.34640/universidademadeira2023moreira

As investigações etnográficas, sociais e linguísticas da freguesia de Riba de Mouro, do concelho de Monção, iniciadas e publicadas em blog da rede social Facebook, a partir de 2012, pelas ribamourenses Alda Barreiros e Maria Alves, com o título “OS DE LA DE RIBA”, foram, felizmente, reunidas e publicadas em livro em março de 2022, numa brochura muito cuidada no aspeto gráfico e esteticamente atraente, incluindo diversas ilustrações nos seus diversos capítulos, e sendo acompanhadas por uma iluminadora “Introdução Geral” do Dr. Álvaro Campelo.

Riba de Mouro é uma das 33 freguesias do concelho de Monção, com 13,94 km² e com uma população inferior a 1.000 habitantes, em triste crescente diminuição. Fica situada nas vertentes da serra da Peneda, a cerca de 20km da sede do concelho. Confronta, a sul, com a freguesia de Sistelo, do município de Arcos de Valdevez, a nascente e a norte, com as freguesias da Gave, Cousso e Parada do Monte, do concelho de Melgaço, e a poente e norte com as freguesias de Badim, Podame, Tangil e Sã, do concelho de Monção.

É uma terra com serra e campos, atravessada pelo dinâmico, transparente e truteiro rio Mouro, afluente do rio Minho, onde se criava gado bovino, ovino e caprino e, numa agricultura de subsistência, se cultivava, predominantemente, o milho e o vinho verde.

Chamou-se, ao longo do tempo, S. Pedro de Mou ou S. Pedro de Riba de Mouro. Este território, em tempos idos, seria domínio do lendário e nobre Jusão, emir mouro, após a sua conversão ao cristianismo. Admite-se, porém, que Riba de Mouro tenha sido fundado como freguesia, entre o séc. IX e XI, pelos monges do mosteiro de Paderne, atual freguesia do concelho de Melgaço. Fez parte do concelho de Valadares até este ser extinto pela reforma administrativa liberal em 1836 e passando, então, até hoje, para o concelho de Monção.

Atualmente está servida pela rede de energia elétrica (a partir de 1970) e de distribuição de águas ao domicílio (no princípio do séc. XXI) e com um conjunto de infraestruturas de comunicação rodoviária que não só interligam os diversos lugares e habitações como permitem uma deslocação, mais ou menos rápida, às freguesias vizinhas, como às sedes dos concelhos próximos.

Antes, porém, sobretudo até à década de 50-60 do século passado, o seu isolamento geográfico e social era marcante, como acontecia, em geral, nas povoações consideradas do interior. Por isso, cada povoação foi criando, com muita autonomia e distinção histórica, a sua própria vivência coletiva, no domínio social, económico, religioso, e cultural, com um veículo comunicacional que caracterizava a sua personalidade coletiva: a linguagem oral, que apesar da sua origem ancestral comum – o latim vulgar – e sua natural evolução, se distinguia, não só da chamada “língua nacional”, como até das variedades linguísticas das freguesias vizinhas.

Como todos sabem, o latim vulgar foi o idioma levado pelos soldados romanos para as áreas conquistadas pelos exércitos romanos, porque era a língua oficial de Roma. Mas, das sucessivas transformações do latim, nas diferentes zonas geográficas e sociais, surgiram múltiplos e diversos dialetos. A partir do séc. V, nasceram as chamadas línguas românicas: francês, castelhano, italiano, sardo, provençal, franco-provençal, dalmato e romeno, etc.. O português surge no séc. XIII.

Porém, na Galiza e nas regiões futuramente portuguesas do Douro e Minho (Condado Portucalense), o idioma falado era o galaico-português que permanece até ao séc. XIV-XV, sendo progressivamente substituído pelo português arcaico, idioma falado e escrito até ao séc. XVI.

A língua galega manteve-se até aos nossos dias, apesar do domínio hegemónico do castelhano, enquanto que a língua portuguesa se tornou cada vez mais autónoma, evoluindo até à sua diferenciação total nos dias de hoje, principalmente no português escrito, para todos os efeitos, a língua oficial do nosso País.

No entanto, sobretudo no domínio oral, a linguagem, ou, talvez com mais verdade, o linguajar popular e corrente mantém uma nítida diferenciação de povoação para povoação, não só no elenco vocabular, mas também na sonoridade das expressões, com destaque para as zonas que, por motivos variados (situação geográfica, organização social, isolamento cultural!), comunicam com um dialeto muito típico. Acontece não só em diversas regiões do continente como no Portugal insular.

No norte de Portugal, com mais incidência nas povoações que ficam perto ou fazem mesmo fronteira física com a Galiza, é o galaico-português falado que mais marca a sua influência mais forte ou mais mitigada.

Claro que nos tempos atuais, a escolaridade obrigatória, o acesso ao ensino secundário e superior dos mais novos, a maior mobilidade das pessoas, os surtos migratórios no País e no estrangeiro, o domínio crescente (talvez avassalador...) das novas tecnologias de informação e conhecimento, permitem grandes e universais oportunidades de acesso a novas culturas faladas e escritas, fazendo desaparecer o “linguajar” dos tempos ancestrais das pessoas mais envelhecidas, as nossas preciosas “bibliotecas memoriais” do passado comum.

No entanto, sobretudo até às décadas de 1950-1960, com elevado grau de analfabetismo escolar, sem rádio, tv, jornais e livros, a comunicação ainda se fazia com o “linguajar” dos tempos passados. Esse “linguajar”, considerado por algumas “elites” como uma “parolice”, uma ignorância sinónima de atraso civilizacional, uma cultura inferior, era, contudo, como qualquer língua, a forma de comunicação social, com toda a riqueza expressiva, com toda a simbologia significativa, com a sua tonalidade sonora própria, com toda a riqueza de conhecimento teórico e prático da realidade humana, natural e divina, onde a intuição e o raciocínio, a emoção e o simbolismo, o concreto e o imaginário se articulavam na tentativa de entender e dar sentido à vida individual e coletiva.

Ora o “linguajar” de Riba de Mouro apresenta essa rica caracterização, mas correndo o risco de se diluir e perder na história. Safado pela modernidade cultural, mereceu de duas ribamourenses, Alda Barreiros e Marias Alves, uma atitude digna de todos os louvores, reconhecimento e solidariedade. A sua difícil e nobre tarefa de estudar e oferecer às gentes novas do presente e do futuro essa riqueza patrimonial da freguesia de Riba de Mouro, sua terra natal, fica, como herança sócio-cultural, registada neste livro, publicado com o apoio da Câmara Municipal de Monção.

O seu trabalho podia resultar apenas numa espécie de dicionário com o elenco de todas as palavras “antigas” e seus sinónimos modernos de acordo com a linguagem do

“português de Lisboa”; podia ser uma mera análise linguística, na sua estrutura semântica, gramatical e etimológica. Também foi, em parte. Mas foi muito e muito mais: foi um registo, com elegância e rigor, na escrita, uma ferramenta de comunicação oral das vivências do quotidiano na diversidade de manifestações de uma vida coletiva, social, económica-agrária e cultural, ou seja: na “forma do falar ancestral”, nós ficamos a conhecer, como se numa reportagem cinematográfica se tratasse, o território, as práticas laborais, as artes e ofícios, as festividades e práticas comunitárias, a gastronomia, os costumes socioculturais, as vivências religiosas, as conceções mítico-metafísicas dos mistérios do universo, as expressões dos sentimentos afetivos e suas manifestações comportamentais, as atitudes político-administrativas daquela “RES PÚBLICA” rural bastante limitada em termos geográficos, com algumas semelhanças com freguesias vizinhas, na sua raiz comum luso-galaica, mas com enorme e desconcertante divergência e originalidade.

Esta obra, na minha humilde opinião, é um autêntico compêndio de antropologia da natureza, da história e da vida do “POVO DE RIBA DE MOURO”, da gente “DE LÁ DE RIBA”.

Terminemos com uma citação da “Introdução Geral” desta obra escrita pelo Dr. Álvaro Campelo: “A originalidade desta obra está no terem as autoras realizado um trabalho sistemático, longo e de grande relevo cultural; terem fixado, em palavra escrita, tantas expressões ouvidas no quotidiano, arriscando na ortografia os sons da oralidade, nem sempre tão fáceis de estabilizar. [...] E fazem isto para nos dar a conhecer um património riquíssimo [material e imaterial, acrescento eu!], bem contextualizado, do qual as pessoas de Riba de Mouro se podem orgulhar.» (p. 15).

Verdade irrefutável: a linguagem é a casa do pensamento. O pensamento é a vida da linguagem. Os dois são atores inseparáveis do processo da contínua vivência de um povo e sua conceptualização...

Que seja também exemplo e estímulo para outras obras sobre outras regiões de Portugal a necessitarem de resistir ao esquecimento mortífero de elites pseudo-culturais.

Não sendo natural da sua freguesia, não posso deixar de dar os meus parabéns às autoras, duas ribamourenses de gema!

Monção, 14 de novembro de 2022

José Emílio Pedreira Moreira

Licenciado em Filosofia; Professor do Ensino Secundário aposentado. Ex-Presidente da Câmara Municipal de Monção (1998-2013).